

O IMPACTO DA CRISE NOS NASCIMENTOS EM PORTUGAL: UMA PERSPETIVA TERRITORIAL¹

Susana Atalaia, Vanessa Cunha

A diminuição de casais com filhos e do número de filhos por casal são tendências que acompanham a queda da natalidade em Portugal. O impacto da recente crise económica veio expor um território contrastante, que opõe os municípios do Norte, Centro e Regiões Autónomas aos da Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo e Algarve.

I

A queda recente da natalidade em Portugal no contexto da crise económica

Segundo resultados dos Censos, entre 2001 e 2011, assistiu-se a um decréscimo dos casais com filhos dependentes (de idade inferior a 25 anos) e do número de filhos por casal. Fatores como o envelhecimento populacional, o aumento dos divórcios e das recomposições familiares e, sobretudo, o adiamento e a diminuição dos nascimentos têm contribuído para explicar estas tendências. As famílias são hoje mais pequenas e assiste-se a uma crescente diversidade e informalidade da vida familiar, marcada pelo aumento das uniões de facto e dos nascimentos fora do casamento (Atalaia, 2014; Cunha e Atalaia, 2014; Wall et al., 2015).

¹ Agradecemos a David Cruz o apuramento dos dados usados neste capítulo.

Não obstante estas mudanças, a crise financeira iniciada em 2008 e as políticas de austeridade que se seguiram (2011-2014), ao conduzirem à escalada do desemprego e da emigração laboral – em particular, entre a população jovem e em idade reprodutiva –, intensificaram de forma dramática o adiamento e a diminuição dos nascimentos em Portugal.

Como se pode observar na Figura 3.1, entre 2001 e 2015, os nascimentos diminuíram, passando de valores acima de 112 mil em 2001 para 85,5 mil em 2015. Mas foi entre 2011 e 2014, anos marcados pela implementação das políticas de austeridade em Portugal, que a diminuição dos nascimentos foi mais severa, perdendo-se 14,5 mil nascimentos. Em 2014, registou-se a mais baixa natalidade de sempre, 82,4 mil nascimentos, tendo havido uma ligeira recuperação em 2015.

Não podia ser mais evidente a relação entre este indicador e os demais. Apesar de o desemprego e a emigração apresentarem uma tendência de crescimento no início dos anos 2000, 2007 parecia marcar um ponto de viragem nessa tendência. Mas a crise e a austeridade levaram ao seu recrudescimento, primeiro o desemprego, logo em 2009, e, em seguida, a emigração, em 2011. Com efeito, em 2009, a taxa de desemprego (25-44 anos) rondava a fasquia dos 10% e, em 2013, ano em que atingiu o valor mais elevado, situava-se nos 16,4%. Desde então, tem vindo a diminuir e, em 2015, os valores já eram próximos dos de 2010. Em relação à emigração, segundo estimativas do Observatório da Emigração, no ano de 2013, verificaram-se valores na ordem dos 110 mil indivíduos, valores que se têm mantido constantes desde então.

Se os resultados apresentados apontam inequivocamente para o impacto da crise e da austeridade na intensificação do declínio global da natalidade em Portugal, na medida em que fomentaram condições hostis às intenções e decisões reprodutivas (Cunha, 2014), importa conhecer a situação à escala municipal. Trata-se de um cenário generalizado, transversal a todo o território, ou existem diferenças importantes entre regiões e entre municípios? Serão os municípios mais fustigados pelo desemprego e pela emigração os que registaram uma diminuição mais severa no número de nascimentos? De que modo se refletem as assimetrias territoriais na diminuição dos casais com filhos dependentes e do número de filhos por casal?

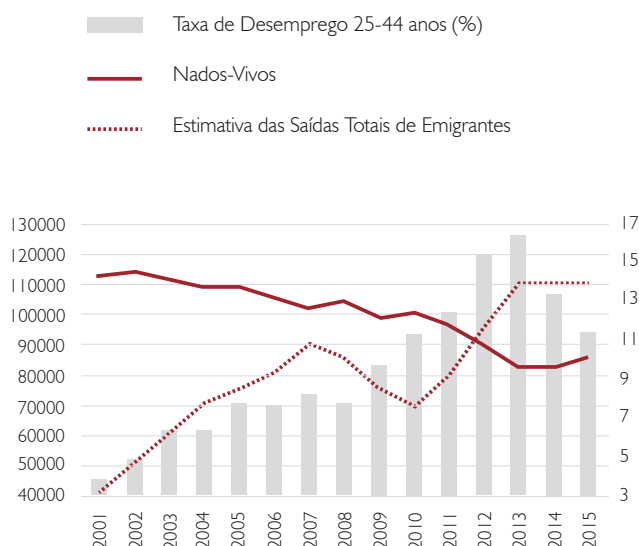


Figura 3.1 Evolução dos nados-vivos (valores absolutos), da taxa de desemprego entre os 25-44 anos (%) e da emigração (estimativa, valores absolutos) — Portugal, 2001-2015

Fonte: INE, Indicadores Demográficos e Inquérito ao Emprego; Observatório da Emigração, Emigração Portuguesa — Relatório Estatístico 2016.

Menos nascimentos, menos população em idade de ter filhos e mais desemprego

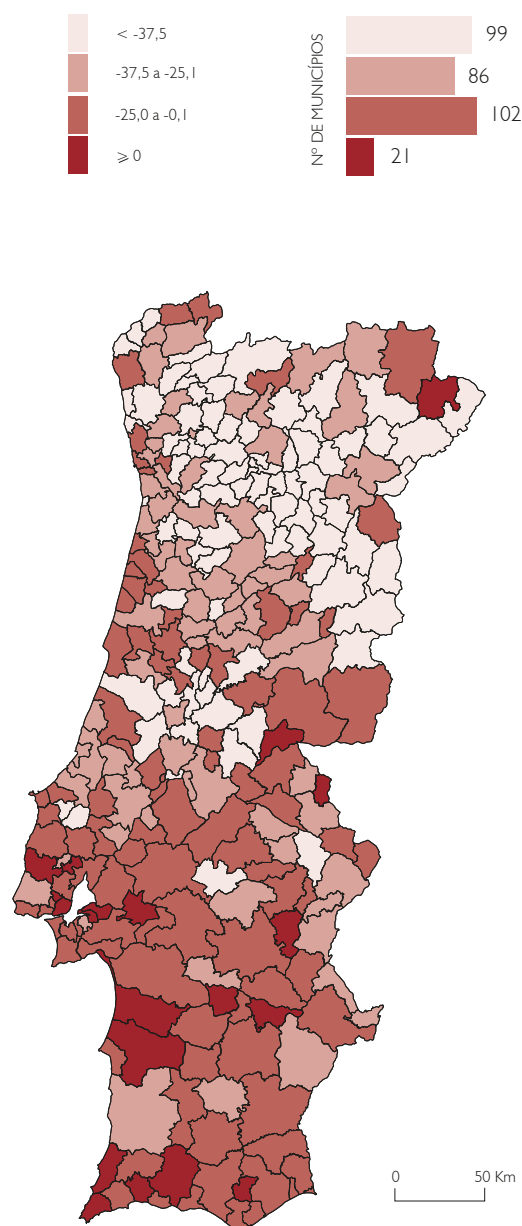
Para dar a conhecer as mudanças na natalidade, no desemprego e na emigração, selecionaram-se os seguintes indicadores: número de nascimentos (nados-vivos); índice sintético de fecundidade (ISF); população residente (25-44 anos); e taxa de desemprego (25-44 anos), tendo em conta a sua variação, a nível municipal, entre 2001 e 2015.²

Entre 2001 e 2015, houve uma diminuição de 24,2% do número de nascimentos (nados-vivos) a nível nacional. Trata-se de uma situação premente em, pelo menos, 185 municípios, onde se registaram variações negativas superiores a 25%. Observando a Figura 3.2, verifica-se uma mancha contínua, que se estende desde o município de Ponte da Barca, no Alto Minho, até ao município de Penamacor, na Beira Baixa – atingindo a maioria dos municípios do Norte e do Interior Centro. Verifica-se, também, um decréscimo bastante acentuado dos nascimentos em alguns municípios do interior das sub-regiões de Leiria (Ansião, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera e Pedrógão Grande) e Coimbra (Miranda do Corvo e Pampilhosa da Serra), parte norte do Médio Tejo (Sertão, Ferreira do Zêzere e Mação) e, ainda, a maioria dos municípios das Regiões Autónomas.³

De forma contrastante, nas regiões mais a sul, os nascimentos tiveram variações menos negativas (inferiores a -25%) ou até mesmo positivas. Com efeito, é na Área Metropolitana de Lisboa (AML), no Alentejo e no Algarve que

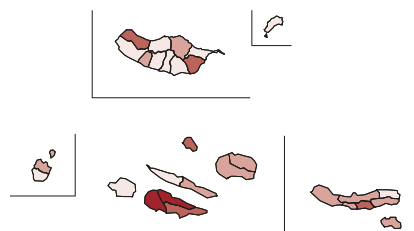
Figura 3.2 Variação absoluta dos Nados-Vivos, por município, 2001/2015 (%)

Fonte: INE, IP, Estatísticas Nados-Vivos, consultado a 1 junho de 2017.



² No caso da taxa de desemprego, a desagregação a nível municipal só foi possível nos anos dos Censos (2001 e 2011). Em relação à emigração, dada a ausência de dados que cruzem as estimativas de emigração total com o grupo etário, optou-se por apresentar a variação da população residente (25-44) entre 2001 e 2015.

³ Por sub-regiões entende-se NUTS III (nível 3 da nomenclatura das unidades territoriais), i.e., unidades administrativas que correspondem às Entidades Intermunicipais, no Continente, mais as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (versão adotada em 2013).





Em 2015, 64 dos 308 municípios portugueses (20%) registaram um ISF inferior a 1,00 filho por mulher (eram 12 municípios, em 2001).

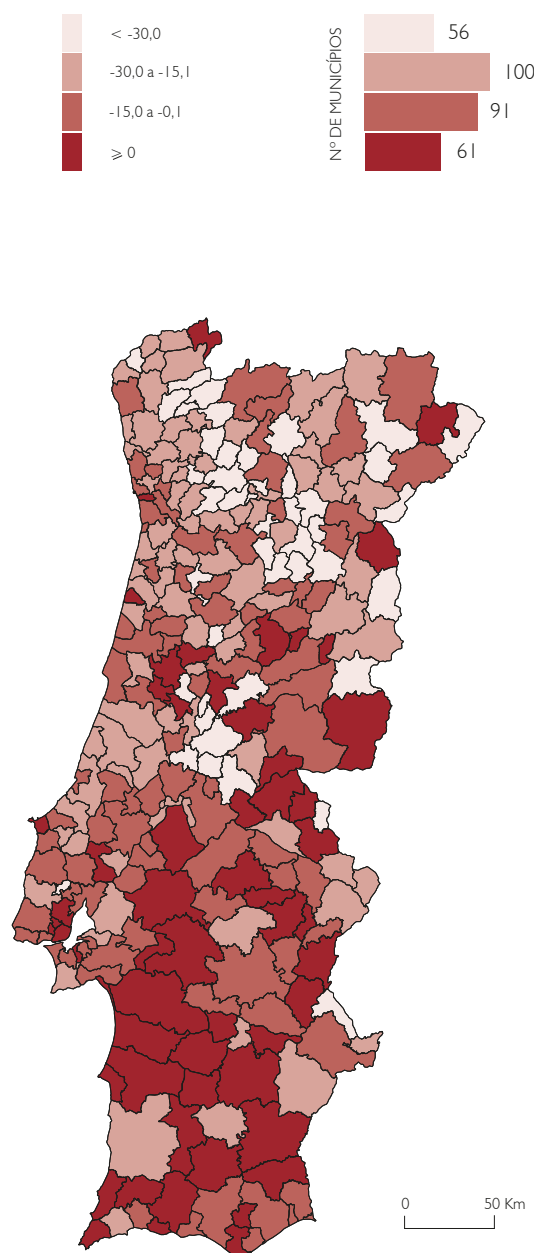
se situa a maioria dos municípios com variações superiores ou iguais a zero: Alcochete, Lisboa, Mafra, Montijo e Odivelas, na AML; Grândola, Santiago do Cacém, Alvitto, Vidigueira e Reguengos de Monsaraz, no Alentejo; e Aljezur, Portimão, São Brás de Alportel, Silves e Vila do Bispo, no Algarve. No contexto destas regiões, apenas os municípios de Mora e Monforte, no Alentejo, apresentaram variações abaixo dos -37,5%. Este cenário menos desfavorável no Sul do Continente prende-se com dinâmicas territoriais porventura diversas, como fenómenos de atração da população jovem em idade reprodutiva ou de populações imigrantes, também elas jovens e com tendência a constituir família, ou como o impacto de políticas públicas de natalidade à escala municipal (Varela, 2016).⁴ Por conseguinte, importa complementar esta informação com a do Índice Sintético de Fecundidade (ISF).⁵

À semelhança do que ocorreu com os nascimentos, também se verificou um agravamento do declínio do ISF nos anos da crise e das políticas de austeridade, atingindo o mínimo histórico em 2013 (ano em que se fixou em 1,21 filhos por mulher) e dando sinais de uma ligeira recuperação em 2015 (1,30 filhos). Sendo um indicador sensível ao adiamento dos nascimentos, este agravamento do declínio do ISF traduziu não só a efetiva redução de nascimentos como também o intenso adiamento dos projetos reprodutivos, fruto das condições adversas e do clima social de incerteza (Cunha, 2014; Mendes, 2016).

Em 2015, 64 dos 308 municípios portugueses (20%) registaram um ISF inferior a 1,00 filho por mulher (eram 12

Figura 3.3 Variação do Índice Sintético de Fecundidade, por município, 2001/2015 (%)

Fonte: INE, IP, Indicadores Demográficos, consultado a 1 de junho de 2017.



⁴ A análise da variação dos nascimentos a nível municipal implica alguma reserva, pois quanto menor é a dimensão da população residente num município mais sensível às pequenas oscilações é o indicador.

⁵ O ISF é um indicador utilizado na análise demográfica para medir, em termos genéricos, o número de filhos por mulher em idade fértil (15-49 anos) num dado ano. Em Portugal, o ISF está em declínio desde os anos setenta do século XX e, no início dos anos oitenta, desceu abaixo dos 2,1 filhos por mulher, deixando de assegurar a substituição natural das gerações (Bandeira, 1996).

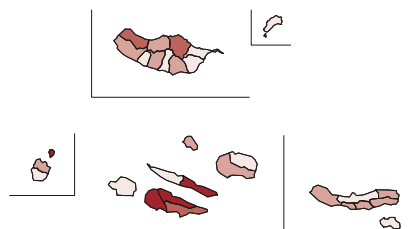
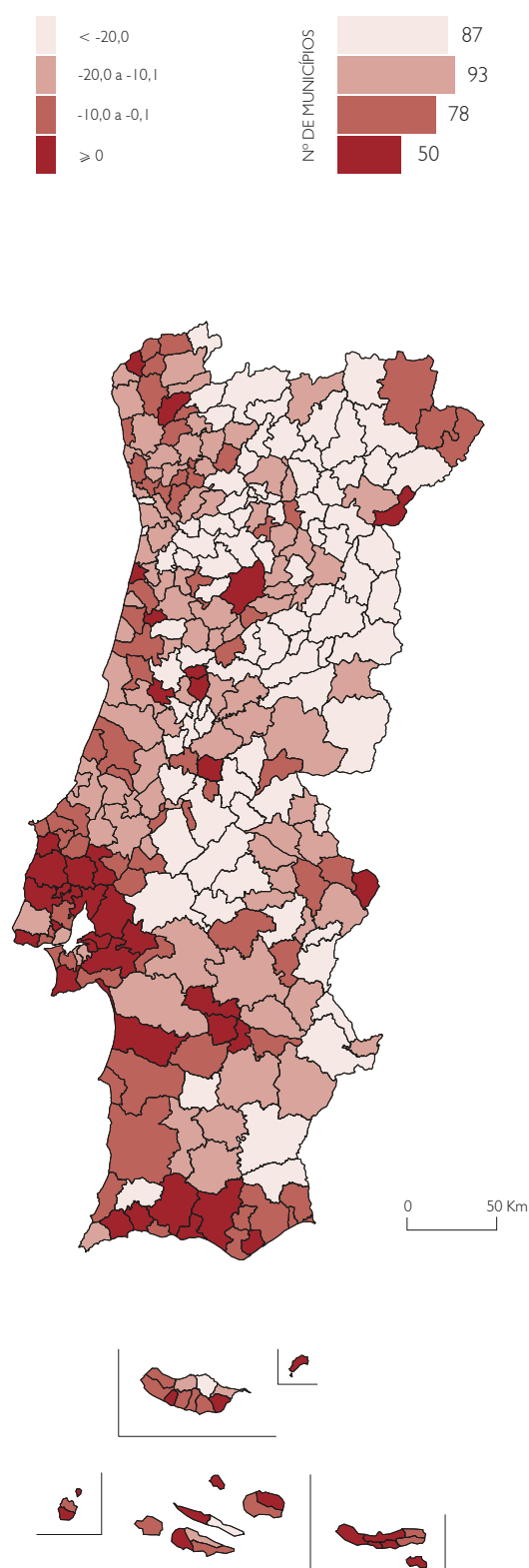


Figura 3.4 Variação da População Residente 25-44 anos, por município, 2001/2015 (%)

Fonte: Cálculos próprios com base em dados INE, IP, Estimativas anuais da população residente, consultado a 1 de junho de 2017.



municípios, em 2001), com os valores de ISF a oscilar entre os 0,52 filhos, em Sernancelhe, no Douro, e os 2,06, em Avis, no Alto Alentejo.

Ao contrário do que acontecia no passado (Almeida et al., 1995; Bandeira, 1996), é no Sul do Continente que o ISF é atualmente mais elevado, verificando-se um maior número de municípios com variação positiva no período em análise (2001-2015), com destaque para os do Alentejo Litoral, Baixo Alentejo e Algarve. Pelo contrário, nos municípios do Norte, do Centro e das Regiões Autónomas, registaram-se, na sua maioria, variações negativas, apresentando em 2015 valores bastante abaixo da média nacional. Trata-se precisamente dos municípios que, em 2001, apresentavam valores acima da média (situada em 1,45 filhos por mulher). É o exemplo de Vila Pouca de Aguiar, Tabuaço e Tarouca, no Norte; Oliveira de Frades, Santa Comba Dão e Sátão, no Centro; ou Horta, Lajes das Flores e Machico, nas Regiões Autónomas.

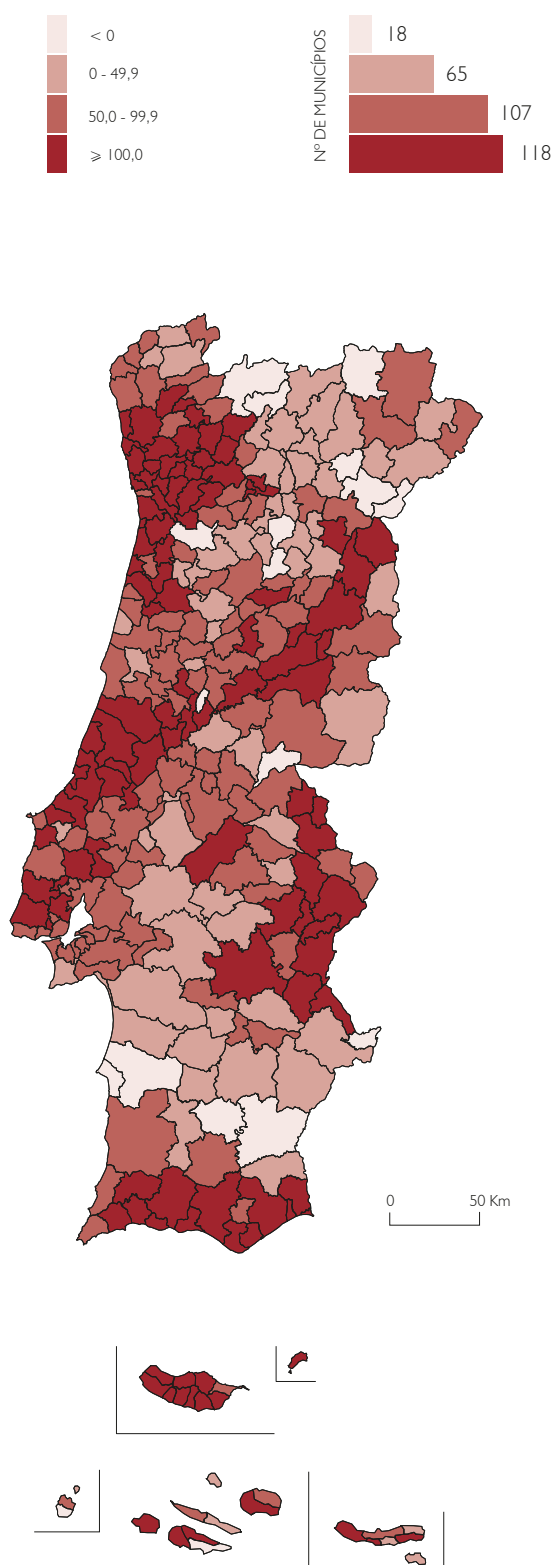
Quando se comparam os dois mapas (Figura 3.2 e Figura 3.3), constata-se que, apesar da mancha escura mais extensa no mapa do ISF – que traduz um maior número de municípios com variações positivas neste indicador em relação ao indicador dos nados-vivos –, a paleta de cores aponta no mesmo sentido: para um território polarizado e contrastante, que reúne de um lado o Norte, o Centro e as Regiões Autónomas, em processo de acelerado e severo declínio da natalidade, e do outro a AML, o Alentejo e o Algarve, regiões em que o declínio é menos intenso e que conhecem mesmo alguns fenómenos de revitalização demográfica.

Um dos fatores explicativos da queda dos nascimentos em Portugal é de ordem demográfica e prende-se com a diminuição do número de pessoas em idade reprodutiva. Esta situação é, em parte, resultante do declínio da fecundidade que vem acontecendo há décadas, agravada pelos recentes fluxos migratórios, que conduziram à saída massiva do país de homens e mulheres em idade reprodutiva.

A Figura 3.4 dá conta da variação, entre 2001 e 2015, da população residente em Portugal, com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos. Se a tendência geral é de perda de população em idade reprodutiva (258 municípios registaram variação negativa), a paisagem nacional é marcada por fortes assimetrias territoriais: Norte/Sul e Interior/Litoral. O Norte e o Interior apresentaram perdas particularmente acentuadas desta população (25-44 anos), contrastando com o Sul e o Litoral, onde o processo foi menos intenso, havendo mesmo

Figura 3.5 Variação da Taxa de Desemprego 25-44 anos, por município, 2001/2011 (%)

Fonte: Cálculos próprios com base em dados INE, IP, Recenseamento da População e Habitação 2001 e 2011, consultado a 2 de junho de 2017.



muitos municípios com variações positivas, como Alcochete, Cascais, Mafra, Montijo, Odivelas, Palmela, Sesimbra e Vila Franca de Xira, na AML; Alenquer, Arruda dos Vinhos, Lourinhã e Sobral de Monte Agraço, na Região Oeste; e Albufeira, Lagos, Loulé, Olhão, Portimão e Silves, no Algarve. Estes fortes contrastes territoriais dão conta do persistente fluxo migratório que tem levado ao esvaziamento do Interior e à concentração populacional no Litoral (Ferrão, 1996), mas também da maior capacidade de captação e acolhimento da população imigrante na Região da Grande Lisboa. Relativamente às Regiões Autónomas, os Açores apresentam mais municípios com ganhos populacionais (11 em 19) do que a Madeira (3 em 11).

Como se observou na Figura 3.1, a emigração e o desemprego conheceram uma escalada paralela durante o período de crise e austeridade, revelando ser as duas faces da mesma moeda. O zoom à escala municipal da evolução da taxa de desemprego (25-44 anos) evidencia a magnitude e dispersão do fenómeno em todo o território nacional: 290 dos 308 municípios (94%) conheceram variações positivas das taxas de desemprego da população em idade reprodutiva, dos quais 118 mais do que duplicaram os níveis de desemprego. Este aumento da taxa de desemprego foi particularmente marcante nas sub-regiões da Área Metropolitana do Porto, do Cávado e do Ave, que compreendem os municípios dos distritos de Braga e do Porto, nas sub-regiões de Aveiro, Leiria, Beiras e Serra da Estrela (distrito da Guarda) e, a sul, nas do Alentejo Central (municípios situados a leste de Évora), Alto Alentejo (municípios de Castelo de Vide, Monforte, Ponte de Sor e Portalegre) e Algarve. Em relação às Regiões Autónomas, denota-se que os municípios da Madeira (RAM) foram os mais afetados pelo desemprego. Em seis dos onze municípios da RAM, a variação da taxa de desemprego (25-44 anos) foi superior a 200%.

Neste cenário confrangedor de desemprego da população em idade reprodutiva, apenas em 18 dos 308 municípios se verificou uma variação negativa da taxa de desemprego, i.e., uma ligeira descida do indicador. No entanto, trata-se de municípios que, em 2001, apresentavam valores de desemprego bastante superiores à média nacional (situada em 3,6%). São exemplos disso os municípios de Vila Flor, Boticas, Freixo de Espada à Cinta, Sátão, Barrancos e Lages das Flores.

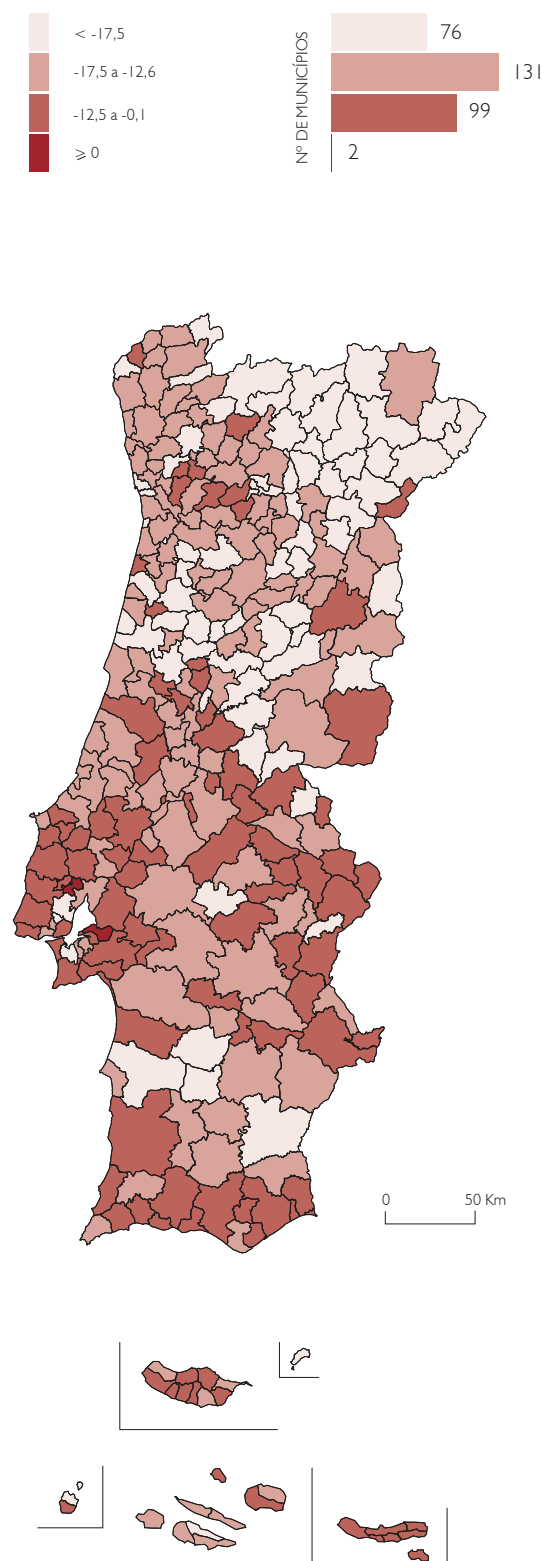
Menos casais com filhos e prevalência de filho único

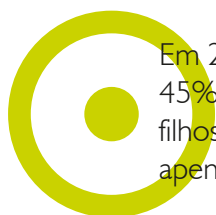
Os resultados dos Censos de 2001 e 2011 evidenciam que os casais com filhos residentes estão a diminuir, apesar de ainda terem mais peso do que os casais sem filhos. Esta tendência é resultante, em grande parte, da conjugação de duas realidades: o crescimento do número de casais idosos que já não vivem com os filhos; e o adiamento dos nascimentos, vivendo os casais jovens mais tempo a dois antes do nascimento do primeiro filho (Cunha e Atalaia, 2014).

A Figura 3.6 dá conta da extensão desta tendência, com 306 dos 308 municípios a registarem uma variação negativa da proporção de casais com, pelo menos, um filho com menos de 25 anos no total dos casais, oscilando entre os -0,3%, no município de Mafra (Região Oeste), e os -25,5%, no município de Oleiros (Beira Baixa). A larga maioria dos municípios (207) apresenta uma variação intercensitária negativa superior a 12,5%; e em 76 municípios (25% do total) esta variação negativa ultrapassa os 17,5%. Os municípios localizados nas sub-regiões do Alto Tâmega, Terras de Trás-os-Montes e Douro (Região Norte) e nas sub-regiões de Aveiro, Coimbra, Viseu Dão Lafões, Beiras e Serra da Estrela e Beira Baixa (Região Centro) são os que apresentam uma maior quebra no número de casais com filhos dependentes. Na Região Sul, e apesar de a variação também ter sido negativa, ela foi, em regra, menor. De facto, foi na Região Norte que se concentrou o maior número de municípios com uma variação negativa superior a 17,5%, destacando-se a este nível os municípios localizados nas sub-regiões do Douro (Alijó, Murça, Sabrosa, Sernancelhe, Tabuaço, Torre de Moncorvo) e de Terras de Trás-os-Montes (Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais), por apresentarem variações negativas superiores ou iguais a 20%. Quanto às Regiões Autónomas, os municípios dos

Figura 3.6 Variação da proporção de casais com, pelo menos, um filho com menos de 25 anos no agregado (sobre o total de casais), por município, 2001/2011 (%)

Fonte: INE, IP, Recenseamento da População e Habitação 2001 e 2011, extraídos a nosso pedido.





Em 202 dos 308 municípios, 45% ou mais dos casais com filhos dependentes viviam apenas com um filho.

Açores foram mais afetados do que os da Madeira pela descida do número de casais com filhos dependentes, apresentando um maior número de municípios em que a redução foi superior a -17,5%. Em contraciclo com a tendência dominante, os municípios de Arruda dos Vinhos, na Região Oeste, e de Alcochete, na AML, foram os únicos a registar uma variação positiva no período intercensitário.

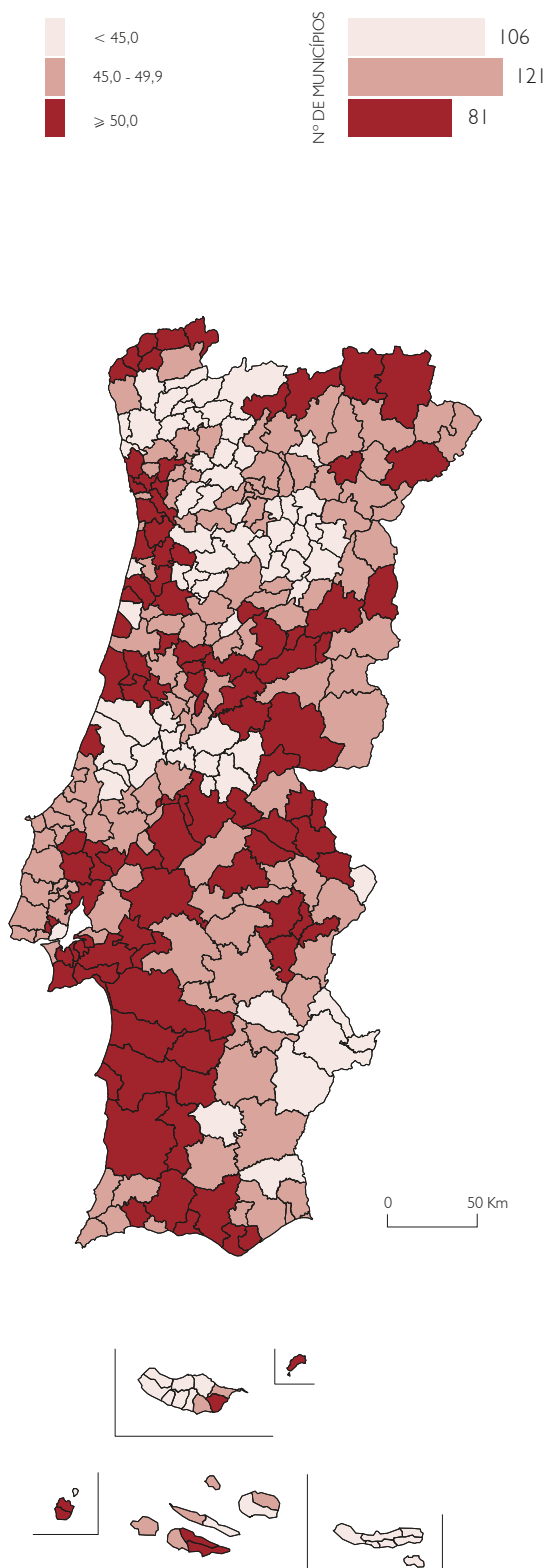
A elevada e crescente incidência de filhos únicos é um elemento central da demografia portuguesa contemporânea, que reflete, antes de mais, a dificuldade de as famílias avançarem para o segundo filho por um conjunto de circunstâncias, nomeadamente, as que estão ligadas aos custos económicos, à conciliação família-trabalho e à incerteza face ao futuro (Cunha, 2014).

A Figura 3.7 dá conta da distribuição nos municípios, em 2011, da proporção de casais com apenas um filho no total de casais com filhos dependentes (< 25 anos). Em 202 dos 308 municípios, 45% ou mais dos casais com filhos dependentes viviam apenas com um filho. Trata-se de um número bastante expressivo, que confirma a relevância do filho único na sociedade portuguesa (Cunha, 2014) e explica grandemente a realidade da baixa fecundidade observada na Figura 3.3. É uma situação transversal a todo o território nacional, que caracteriza tanto o Interior como o Litoral, mas, no entanto, apresenta uma mancha mais extensa e contínua a sul, reunindo municípios do Alentejo Litoral e da Península de Setúbal; da Lezíria do Tejo ao Alto Alentejo; e entrando ainda pela Região Centro, agrupando vários municípios do Interior.

Já os 106 municípios em que a situação é diferente, na medida em que é menor a proporção de casais que vivem apenas com um filho (inferior a 45%), também se concentram em bolsas de municípios tendencialmente contíguos, em sub-regiões tão distintas como Cávado, Ave, Tâmega e Sousa, Douro e Viseu Dão Lafões, localizadas mais a norte do País; as sub-regiões de Leiria e Médio Tejo, no Centro; alguns municípios do Baixo Alentejo e do Alentejo Central, a sul; ou as Regiões Autónomas.

Figura 3.7 Proporção de casais com apenas um filho até aos 25 anos no agregado (sobre o total de casais com, pelo menos, um filho com menos de 25 anos), por município, 2011 (%)

Fonte: INE, IP, Recenseamento Geral da População e Habitação 2011, extraídos a nosso pedido.



IV

Conclusão

No contexto da crise financeira iniciada em 2008 e das políticas de austeridade que lhe seguiram, Portugal foi palco de uma conjuntura económica recessiva, marcada pela escalada do desemprego e da emigração. Tendo atingido fortemente a população jovem e em idade reprodutiva, o declínio e o adiamento dos nascimentos, tendências de fundo da demografia portuguesa, conheceram um agravamento durante vários anos, observáveis extensivamente em todo o território, se bem que persistam contrastes importantes entre regiões e entre municípios.

Constata-se, assim, que as mudanças foram especialmente intensas no Norte, no Centro e nas Regiões Autónomas, e que estas regiões registam atualmente os níveis mais baixos (se não mesmo dramáticos) de natalidade e de fecundidade, quando há poucas décadas eram as regiões mais fecundas (Almeida et al., 1995; Bandeira, 1996).

Se atendermos à variação da taxa de desemprego da população em idade reprodutiva (25-44 anos), o aumento foi muito expressivo nessas regiões, mais do que duplicando a prevalência do desemprego. Assim foi nos municípios situados na Área Metropolitana do Porto e nas sub-regiões do Cávado e do Ave; nas sub-regiões de Aveiro, Leiria e Beiras e Serra da Estrela; e nas duas Regiões Autónomas, especialmente na Madeira. Mas também o Sul do território não foi poupado, nomeadamente, os municípios situados nas sub-regiões do Alentejo Central, Alto Alentejo e Algarve. Com exceção do Algarve, este cenário do desemprego foi secundado por variações negativas dos nascimentos entre 2001 e 2015. Por outro lado, o aumento da emigração veio acentuar essas clivagens territoriais, esvaziando ainda mais o Interior – e, em particular, os municípios do Norte e do Centro – de uma população jovem e em idade reprodutiva, com consequências diretas na aceleração do processo de envelhecimento populacional e de despovoamento do território.

Ora, este quadro de profundas mudanças demográficas tem reflexo no aumento expressivo de casais sem filhos dependentes, que se verificou com maior acuidade nas sub-regiões localizadas a

norte (Douro e Terras de Trás-os-Montes), bem como na elevada prevalência de casais apenas com um filho, sobretudo a sul, nos municípios do Alentejo Litoral, Alto Alentejo, Península de Setúbal e Lezíria do Tejo. Se esta realidade era já bem visível nos resultados do Censo de 2011, os dados mais recentes relativos à natalidade, à fecundidade e à população residente (25-44 anos) fazem antever a intensificação destas tendências: por um lado, aumentando as assimetrias territoriais por via do despovoamento e envelhecimento da população nos municípios localizados a norte do Tejo e nas Regiões Autónomas, em particular, na Madeira; por outro, uniformizando a paisagem no que diz respeito à elevada incidência de filhos únicos nas famílias portuguesas.

referências bibliográficas

- Almeida, A. N., I. André, F. Ferrão e C. Ferreira. 1995. *Os Padrões Recentes da Fecundidade em Portugal* (col. «Cadernos da Condição Feminina nº 41»). Lisboa: CIDM.
- Atalaia, S. 2014. «As famílias recompostas em Portugal: dez anos de evolução (2001-2011)». In A. Delgado e K. Wall (eds.). *Famílias nos Censos 2011: diversidade e mudança*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística/Imprensa de Ciências Sociais, 225-239.
- Bandeira, M. L. 1996. *Demografia e Modernidade: Família e Transição Demográfica em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Cunha, V. 2014. «Quatro décadas de declínio de fecundidade em Portugal». In Instituto Nacional de Estatística, Fundação Francisco Manuel dos Santos (eds.), *Inquérito à Fecundidade 2013*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística/Fundação Francisco Manuel dos Santos, 19-28.
- Cunha, V. e S. Atalaia. 2014. «A evolução da conjugalidade em Portugal: principais tendências e modalidades da vida em casal». In A. Delgado e K. Wall (eds.). *Famílias nos Censos 2011: diversidade e mudança*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística/Imprensa de Ciências Sociais, 155-175.
- Ferrão, J. 1996. «A Demografia Portuguesa», *Cadernos do Público*, nº 6. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa/Público.
- Mendes, M. F. 2016. «A natalidade e a fecundidade em Portugal». In V. Cunha, D. Vilar, K. Wall, J. Lavinha e P. T. Pereira (eds.). *A(s) problemática(s) da natalidade em Portugal: uma questão social, económica e política*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/APF, 83-110.
- Varela, A. 2016. «As boas práticas do poder local». In V. Cunha, D. Vilar, K. Wall, J. Lavinha e P. T. Pereira (eds.). *A(s) problemática(s) da natalidade em Portugal: uma questão social, económica e política*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/APF, 235-237.
- Wall, K., V. Cunha, L. Rodrigues e R. Correia. 2015. «Famílias». In J. Ferrão e A. Delicado (eds.), *Portugal no contexto europeu em anos de crise: 2015 (Portugal Social em Mudança)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 31-46.